

DA SUBORDINAÇÃO AO URBANO-INDUSTRIAL À AGRICULTURA COMO ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO E REVALORIZAÇÃO DO RURAL: A HETEROGENEIDADE COEXISTENTE NO ESPAÇO RURAL

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira ¹

RESUMO

Essencial à discussão sobre a manutenção e reprodução dos traços rurais em uma sociedade urbano-industrial, defronte aos rearranjos promovidos pela modernização e industrialização da agricultura – em vias do processo de reestruturação produtiva (flexibilização, precarização, sindicalização, cooperativismo, entre outros) –, está o questionamento a respeito do declínio da identificação do rural pela função agrícola. À vista disso, nosso objetivo é compreender – a partir de aportes teóricos – como as relações polarizadas pela agricultura marcam a ruptura de fronteiras entre o que se entende por rural e urbano na contemporaneidade. Metodologicamente, nos organizamos através de levantamentos e revisão bibliográfica, sistematizando referências teóricas que analisam ao longo do tempo os processos que inferiram e inferem nas transformações da agricultura e definem o rural. Entender a (re)existência do rural numa sociedade tida como urbano-industrial só é possível quando compreendemos que, no nível da sua espacialidade, as interações socioespaciais, a coexistência dos múltiplos e a sua constante transformação, concorrem para a sua reprodução. Rural e urbano coexistem na sua contradição e se reproduzem nas relações travadas entre ambos – seja nas dinâmicas de revalorização do rural pela sociedade urbana, seja nas dinâmicas capitalizadas do agronegócio.

Palavras-chave: Geografia Rural, Autonomia Agrícola, Rural-Urbano, Campo-Cidade, Ruralidades,

RESUMEN

Imprescindible para la discusión sobre el mantenimiento y reproducción de los rasgos rurales en una sociedad urbano-industrial, frente a los reacomodos promovidos por la modernización e industrialización de la agricultura –en proceso de reestructuración productiva (flexibilización, precariedad, sindicalización, cooperativismo, entre otros) otros) -, está el cuestionamiento sobre el declive de la identificación de lo rural por la función agrícola. Frente a ello, nuestro objetivo es comprender, a partir de aportes teóricos, cómo las relaciones polarizadas por la agricultura marcan la ruptura de fronteras entre lo rural y lo urbano en la contemporaneidad. Metodológicamente nos organizamos a través de encuestas y revisión bibliográfica, sistematizando referentes teóricos que analizan en el tiempo los procesos que infieren e infieren en las transformaciones de la agricultura y definen lo rural. Comprender la (re)existencia de lo rural en una sociedad vista como urbano-industrial sólo es posible cuando comprendemos que, a nivel de su espacialidad, las interacciones socioespaciales, la coexistencia de múltiples y su constante transformación, contribuyen a su reproducción. . Lo rural y lo urbano coexisten en su

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – PPGG-IGCE/UNESP Rio Claro, murilo.oliveira@unesp.br.

contradicción y se reproducen en las relaciones entre ellos, ya sea en la dinámica de revalorización de lo rural por la sociedad urbana, o en la dinámica capitalizada del agronegocio.

Palabras clave: Geografía Rural, Autonomía Agraria, Rural Urbano, Campo-Ciudad, Ruralidades.

INTRODUÇÃO

Dois aspectos nos chamam a atenção quando falamos da agricultura como elemento de articulação de novas funções atribuídas ao rural: a heterogeneidade estrutural dessa atividade e as transformações pela qual essa passou ao longo do tempo, sobretudo, após o processo de modernização e industrialização do campo, ainda na década de 1970. O primeiro aspecto diz respeito à diversidade de formas de organização da atividade agrícola, plural e desigual, que marcam os traços que a compõe – seja do ponto de vista social, econômico, cultural e político. O segundo aspecto refere-se ao aporte técnico baseado em inovações mecânicas, químicas e biológicas, sob os quais as especificidades que marcavam a forma com que a agricultura era desenvolvida até então são revisados: principalmente, por esta caracterizar-se como uma atividade produtiva dependente de fatores biológicos (edafoclimáticos), regida, portanto, por temporalidades específicas – ao menos até o processo de modernização, a qual ainda não estava amplamente dominada pelo capital urbano-industrial.

A agricultura² é, nesse sentido, elemento central de caracterização dos espaços rurais, ainda que os traços que a caracterizavam (e a caracterizam) tenham sido revisados e reestruturados ao longo do tempo e do espaço. Dessa forma, trata-se de um elemento central, porque a produção de alimentos foi – e ainda é – função primordial do campo na sua orientação eminentemente produtiva. Alimentar-se, até este tempo, continua sendo uma necessidade urgente e primaz de sobrevivência da humanidade. O que queremos advogar, ao menos de início neste trabalho, é que a agricultura, ainda que intensamente transformada (em escala e função), permanece como elemento de caracterização fundamental dos espaços rurais seja pelas relações produtivas e/ou não produtivas engendradas a partir desta à nível da propriedade, do setor agrícola e da sociedade.

Nesse sentido, nosso objetivo é compreender – a partir de aportes teóricos – como as relações polarizadas³ pela agricultura no conjunto do setor agrícola, da sociedade e dos estabelecimentos rurais marcam a ruptura das fronteiras entre o que se entende por campo e

² Neste trabalho, toma-se o termo agricultura como correspondente às atividades agrícola e pecuária.

³ Relações com o setor agrícola e com a sociedade.

cidade/rural e urbano na contemporaneidade. Considera-se, portanto, que o espaço rural assume novos contornos que o repositonam no conjunto da sociedade global, nos moldes atribuídos por Queiroz (1978): aquela reconhecidamente urbana. Deste reposicionamento, o rural (ou os rurais) se reproduz na oposição dos contraditórios.

Assim, questionamos: *como as transformações por quais passaram o campo/rural brasileiro nas últimas décadas do século XX, ao revisarem as funções atribuídas à agricultura, ainda que destituam a centralidade das atividades agrícolas da organização socioeconômica dos estabelecimentos rurais, reposiciona a agricultura como um elemento de articulação e revalorização do rural na sua relação com o urbano na contemporaneidade?*

Na busca de responder ao questionamento proposto, organizamos este trabalho em três seções para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção recuperamos aspectos da subordinação da agricultura à indústria através da expansão do capital urbano-industrial, compreendendo o processo de achatamento da agricultura entre as indústrias à montante e à jusante do processo produtivo agrícola – portanto, o nível de análise estabeleceu-se na relação entre agricultura e o setor agrícola. Ademais, recuperamos aspectos teóricos de compreensão da relação campo-cidade a fim de compreendermos como o entendimento teórico-analítico tem se posicionado a respeito da temática ao longo do tempo – traçando, desse modo, a relação entre agricultura e sociedade. Por fim, apresentamos a perspectiva de existência do rural defronte ao processo de urbanização, partindo da perspectiva teórica da coexistência da heterogeneidade apresentada por Massey (2008). Assume-se, contudo, o mosaico caleidoscópico (CORRÊA, 2018; 2022) constitutivo da agricultura na contemporaneidade.

METODOLOGIA

Metodologicamente nos organizamos através de levantamento e revisão bibliográfica, sistematizando referências teóricas que analisam ao longo do tempo – considerando o recorte temporal aqui assumido, efetivamente, aquele após 1970 – os processos que demarcaram as transformações da agricultura. Neste sentido, a orientação teórico-analítica das seções aqui destacadas faz referência a reconstrução de alguns desses processos que alcançam o remanejamento da agricultura no conjunto do setor agrícola, da sociedade e terminam por atingir os estabelecimentos rurais (na organização das dinâmicas produtivas, sobretudo, do trabalho).

SUBORDINAÇÃO E APROPRIAÇÃO: A AGRICULTURA SE TORNA UM RAMO DA INDÚSTRIA

As mudanças das bases técnicas da agricultura no momento de integração intersetorial são inerentes ao próprio desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao buscar superar as barreiras/obstáculos impostos pelas especificidades da produção agrícola, o capital transforma as relações sociais de produção no que se refere à tecnologia empregada e à revisão do tempo de produção e tempo de trabalho – cujo objetivo é o de acelerar o processo de reprodução do capital e, portanto, de elevação das taxas de lucro. Nesse sentido, Müller (1982) nos oferece elementos para prosseguirmos

Estes graus de interdependência setorial caracterizam a agricultura de que se fala e têm implicações cruciais na determinação de sua estrutura e dinâmica, porquanto os interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro em geral e, em particular, aquele que opera na agricultura. Vale dizer que para produzir na agricultura não basta mais ser apenas proprietário de terras, em que pese serem estas um dos pressupostos da produção; ocorre que no movimento de reposição da produção agrícola deve-se levar em conta um certo montante de bens de capital sem o qual a produção agrícola pode ser posta em xeque. Neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se no capital num contexto marcado pela industrialização recente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital (MÜLLER, 1982, p. 49).

O processo de subsunção formal e real do trabalho agrícola merece destaque uma vez que participa, na escala dos sujeitos, das reestruturações produtivas quando da industrialização da agricultura. Dessa forma, o processo de trabalho agrícola é alterado na sua dimensão espaço-temporal, em função dos novos arranjos técnico-produtivos que permitem revisar a localização espacial e temporal dos cultivos. Soma-se a esse fato, a reestruturação das relações de trabalho na agricultura e a capacidade e viabilidade produtiva da pequena produção, diante dos avanços técnico-produtivos do grande capital industrial.

Nesse sentido, Goodman; Sorj; Wilkinson (2008) ao tratar do processo de apropriação industrial da produção agrícola – nominando-o de apropriação – afirmam que este ocorre de duas formas. A primeira, por meio da mecanização da produção agrícola, transforma-se o processo de trabalho e, portanto, a produtividade deste, alterando o tempo de trabalho e não necessariamente o tempo de produção (permanecendo, dessa forma, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do capital na agricultura: a sua base natural-biológica). A segunda forma é a apropriação da produção por meio de inovações físico-químicas e biológicas que passam a gerar a produção através do controle das variáveis temporais da produtividade

agrícola. Desse modo, este segundo processo apropriacionista possibilita ao capital superar grande parte das barreiras naturais da agricultura e, interseccionada com as inovações mecânicas, constituem uma base estratégica comum de subsunção tanto do trabalho agrícola, como do trabalho urbano (GRAZIANO, 1981).

À vista disso, a indústria gradativamente apropria-se de atividades relacionadas com a produção e o processamento que, em conjunturas passadas, eram encaradas como elementos integrais do processo de produção rural. É precisamente nesta fase, nos setores industriais constituídos por estas apropriações, que atividades previamente “rurais” são subordinadas ao capital, removendo as barreiras à acumulação (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 7).

Por conseguinte, a materialização de tal processo apresenta-se na consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI) em substituição às dinâmicas produtivas agrícolas e rurais do Complexo Rural (GRAZIANO; KAGEYAMA, 1998). O que está posto quando da consolidação do CAI é o avanço da industrialização da agricultura fomentada pela indústria de insumos e equipamentos agrícolas à montante e pela modernização do processamento da produção agrícola nas agroindústrias à jusante. No interior do CAI, portanto, a agricultura se encontra achatada pelo poder de mercado do capital industrial localizados nas extremidades do complexo. Nesse sentido, como nos lembram Kageyama (1985), Graziano da Silva; Kageyama (1998) estes setores passam a controlar a tecnologia empregada na produção agrícola, mantendo de forma exógena as condições de produção do setor. Isto significa afirmar que a racionalidade sob a qual o trabalho agrícola e a agricultura são gestados no interior da forma CAI, não está ancorada ao setor, mas sim ao capital urbano-industrial e financeiro que reposiciona formas de subordinação.

Se o ponto chave para compreendermos a consolidação do Complexo Agroindustrial após a década de 1970 é a integração intersetorial, as relações entre os capitais presentes nesta integração são de salutar importância para o entendimento da nucleação do poder econômico e, portanto, de mercado, nas indústrias à montante e à jusante. Para tal, é preciso considerar que as dinâmicas de mercado no interior do complexo são constituídas pela ação de agentes oligopolistas. Desse modo, o setor agrícola, marcado pela pulverização e atomização de seus produtores, contrasta com os conglomerados que centralizam os capitais industriais (DELGADO, 1984), reforçando o seu poder no controle do processo agrícola. Nessa perspectiva, Kageyama (1985) afirma que

O ponto fundamental nas relações que se estabelecem entre os capitais passa a ser então o “poder de mercado” de cada um no seu confronto imediato. O poder de mercado subentende não apenas a capacidade de impor preços e regular as condições

de entrada de novas firmas, mas, num sentido mais abrangente, resulta de várias condições: do controle de tecnologia, do poder de interferir nas decisões do Estado, da capacidade de organização política, entre outras. No caso particular das relações entre capitais de diferentes setores (agricultura e indústria), seu poder relativo no interior do CAI resulta principalmente do grau de concentração ou oligopolização alcançado [...] o fato é que os capitalistas agrícolas tornaram-se compradores num mercado altamente oligopolizado e vendedores (fornecedores de matéria-prima) em mercado oligopsônico ou monopsônico [...] (KAGEYAMA, 1985, p. 71-72).

Assim, as dinâmicas agrícolas após a modernização e industrialização da agricultura são atingidas e pressionadas por uma densa base material-técnica e informacional (institucionalmente política e econômica) estruturada fora dos domínios de suas porteiras. Nesse sentido, se no complexo rural a atividade produtiva correspondia em espaço e tempo às atividades acessórias e domésticas, o próprio avanço do capital sobre o campo dá conta de destruir a base de “economia natural” e, quando da industrialização da agricultura, recompõe estas dinâmicas através do conhecimento especializado, baseado no controle da natureza e em condições fabricadas (GRAZIANO DA SILVA; KAGEYAMA, 1998). Ocorre que a produção desse conhecimento, viáveis à manutenção dos traços da competitividade intercapitalista e viabilidade econômica da produção, o faz ancorado às lógicas do capital urbano-industrial e financeiro, sobretudo, com perspectivas de reprodução e acumulação ampliada do capital.

OS CONTORNOS DE (IN)DEFINIÇÃO DO RURAL

Ao considerarmos os aspectos apontados na seção anterior acerca do posicionamento da atividade agrícola – como setor – após os processos de modernização e industrialização que alcançam a sua autonomia produtiva ao nível de sua organização interna, nos questionamos sobre a relação entre agricultura e sociedade. Nessa relação, os traços definidores do que se entende por rural – conceito que nos parece sintetizar um dado modo de vida ora em contraste, ora em continuidade ao urbano – ocupa centralidade em nossa discussão. Tal centralidade se projeta a partir de um questionamento primaz: *se a agricultura, subordinada ao capital urbano-industrial e financeiro se apresenta como fato na contemporaneidade, o rural ainda existe?*

Nesse sentido, a discussão acerca da definição do rural – pela via de análise dos elementos de uma nova ruralidade – destaca-se na construção deste trabalho. A interdisciplinaridade que se apresenta acerca desta discussão no bojo da Geografia Agrária (FERREIRA, 2002) nos conduz ao entendimento do rural como “categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações [dos sujeitos]” (CARNEIRO, 2008, p. 9). Dessa forma, sem incorreremos numa abordagem demarcacionista a respeito do rural,

buscamos compreender as dinâmicas e características que este assume diante dos traços definidores do modo vida urbano-industrial. Para tanto, novamente perfazemos um percurso teórico.

Em defesa do rural como categoria de análise, Carneiro (2008) apresenta, do ponto de vista teórico-conceitual, o “mal-estar” entre os sociólogos que encaminham seus estudos por meio de três correntes do pensamento. Essas correntes, por sua vez, operacionalizam leituras acerca das dinâmicas do mundo rural nas sociedades contemporâneas, a saber: aqueles que atestam o esvaziamento do conteúdo social, econômico e cultural do modo de vida rural em face da generalização de um modo de vida urbano; aqueles que identificam novas formas de sociabilidade que passam a (re)dinamizar o mundo rural e que, garantem, em certa medida, a permanência de processos de diferenciação socioespacial entre o urbano e rural; e, por fim, aqueles que negam o imbróglgio dicotômico entre o urbano e rural, propondo o exame da heterogeneidade sociocultural em uma continuidade espacial.

Ao exposto e pelo viés dicotômico, o trabalho de Sorokin; Zimmermam; Galpin (1981) apresenta-se com a intenção de identificar as variáveis típicas que essencializam a diferenciação entre o mundo rural e o mundo urbano; Mendras (1969), em *A Cidade e o Campo*, por meio de uma abordagem histórica, determina o surgimento da noção de campo a partir da especialização e do universalismo da cidade como forma e elemento dinâmico da sociedade moderna e, portanto, promotora de diferentes intensidades de integração entre o espaço rural e o espaço urbano. No seio destes trabalhos, encontra-se a dualidade da definição do rural por meio de um dado essencialismo contrastante e de diferenças de intensidades provenientes dos resquícios do funcionamento urbano.

Diante dessas perspectivas teóricas de base sociológica, a intenção de singularizar o rural – por meio de orientações metodológicas distintas – permeiam a elaboração de critérios que extrapolam o questionamento social e cultural sob os quais se definiriam, em certa medida, um coeso modo de vida do/no campo/rural. No Brasil, o anúncio de que o país é menos urbano do que se calcula, discutido em *Cidades Imaginárias* de José Eli da Veiga (2002), oxigena a discussão sobre os critérios operacionais de definição do rural, apresentando, abaixo dos dados oficiais, uma “verdadeira” taxa de urbanização do país. Nessa perspectiva, encontra-se, ainda, o questionamento da definição do urbano e, por consequência, do rural, através do dimensionamento político administrativo da área urbana – na maioria das vezes, comprometida com interesses fiscais (CORRÊA; CORRÊA; GERARDI, 2001). É válido, contudo, lembrarmos

- sem nos desdobrarmos - dos critérios e tipologia empregada pelo IBGE (2017) na classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos.

Essencial à discussão sobre a manutenção e reprodução dos traços rurais em uma sociedade urbano-industrial, defronte aos rearranjos promovidos pela industrialização e modernização da agricultura como vimos na seção anterior – em vias do processo de reestruturação produtiva (flexibilização, precarização, sindicalização, cooperativismo, entre outros) –, está o questionamento a respeito do declínio da identificação do rural pela função agrícola. O “novo” rural brasileiro, identificado e analisado por Graziano da Silva e colaboradores (2002) no decorrer do “Projeto Rurbano”, apresenta uma perspectiva de rural que se caracteriza, após a década de 1980, por três grupos de atividades, a saber: uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e nas agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à urbanização do rural, e; novas atividades agropecuárias, impulsionadas por novos nichos especiais de mercados (Ibidem, 2002, p. 39). Esse anúncio do novo rural brasileiro atrela, por meio da abordagem econômica, a existência do rural calcado na promoção das atividades rurais não-agrícolas, mas fadado a homogeneização completa. Baseia-se, portanto, na perspectiva da urbanização do campo (SILVA, 2004).

Vinculadas à discussão de desenvolvimento rural, as tentativas de análise e definição dos novos contornos do campo brasileiro resguardou-se na vigilância crítica à conceitos operacionalizados por uma visão mercadocêntrica. Dessa forma, no exame da questão agrária na década de 1990, Alentejano (2000), em defesa do “rural como elemento de descrição e explicação da realidade” (p. 102) parte da afirmação das existências de transformações inegáveis no campo brasileiro. Portanto, a definição e a viabilidade do rural como categoria de análise, encontra-se na compreensão do par rural-urbano (através da destituição de estereótipos que definiram de forma dicotômica esses espaços) e do entendimento de que “a natureza do rural [está nas] dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra” (Ibidem; p. 104).

Nota-se que a tentativa de definição do rural é latente e persiste entre aqueles que se ocupam da reflexão sobre a capacidade explicativa de determinada porção do espaço geográfico, sobretudo em uma sociedade tida como urbano-industrial. Nesse imbróglio teórico, conceitual e metodológico, algumas perspectivas atualizam o debate, principalmente, aquelas que concebem uma “nova dicotomia pós rural-urbana” (FERRÃO, 2000). Tal compreensão apresenta, para além da noção de atraso (campo) e progresso (cidade), noções sobre um rural

central e um rural periférico – ou seja, matizes da desigualdade socioespacial em áreas antes estereotipadas e homogeneizadas pelo arcaico e pelo moderno.

Ademais, o contexto urbano-industrial, visto pela ótica dos estudos rurais, se expressa por processos de generalização do fato urbano – industrialização e urbanização. A sociedade urbana, portanto, como “realidade e possibilidade” coerente ao momento de reprodução do capital (CARLOS, 2003), repõe-se no espaço rural via modernização da agricultura e industrialização do campo. No entanto, é no bojo da sociedade urbano-industrial que se apresenta os processos e dinâmicas que revisam o conteúdo e os contornos do próprio espaço rural. Encontramos, nessas dinâmicas externas ao mundo rural, os processos socioespaciais que passam a compor e redesenhar as novas ruralidades (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000) que superam a visão dicotômica da forma e função do rural e do urbano.

QUAL O LUGAR DA AGRICULTURA NO RURAL: A PERMANÊNCIA DA SUBORDINAÇÃO, A RUPTURA OU A COEXISTÊNCIA DOS CONTRADITÓRIOS?

A ruptura com os traços da linearidade unidirecional da relação rural-urbano/campo-cidade encaminha o debate para a discussão e compreensão dos novos contornos dessa relação na contemporaneidade. Superada a visão dicotômica entre campo-cidade (arcaico-moderno), o debate sobre a noção de *continuum* – nos moldes proposto por Robert Redfield ainda na primeira metade do século XX – apresenta-se como uma possibilidade de leitura e compreensão das dinâmicas e processos das relações entre o rural e o urbano. No entanto, tal perspectiva⁴ repõe os aspectos dicotômicos dissolvendo-os ao longo da difusão gradativa do urbano sob o rural.

Ao exposto, reserva-se a crítica a compreensão linear, unívoca e unidirecional da relação rural-urbano. Esta crítica se orienta a partir de duas observações: 1) apesar das profundas transformações por quais passaram o campo/rural brasileiro, este não está em processo de evolução a fim de transformar-se em urbano; 2) a compreensão do fim do rural coloca seus sujeitos em posição de extrema passividade frente as investidas do fato urbano-industrial sob a égide do capital industrial-financeiro, visão equivocada, ao nosso ver, tendo em vista as formas de organização de resistência como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a produção de base agroecológica, as estratégias de reprodução socioeconômica das famílias

⁴ Evidentemente, não podemos deixar de considerar as contribuições inegáveis que tal orientação apresenta para as análises das áreas periurbanas e os estudos rurais como um todo.

através da pluriatividade e as contra-racionalidades produtivas das comunidades tradicionais. Dessa forma, a tese da erosão/fim do rural apresenta-se de maneira imprecisa, tendo em vista que parte de um equívoco reducionista: aquele que entende o rural como homogêneo, portanto, desconsiderando a sua heterogeneidade estrutural e a nucleação de formas de resistência.

Nessa perspectiva, a pluralidade do rural, a qual atesta os aspectos da heterogeneidade que o compõe, é verificada e defendida por diversos trabalhos ainda no início da segunda metade do século XX. Candido (2010 [1968]) ao analisar as formas de organização e de ajuste ao meio de uma comunidade rural no município de Bofete no interior do estado de São Paulo, observa que, o caipira em face da civilização urbana pode aceitar/rejeitar totalmente ou ainda aceitar parcialmente os traços da nova situação imposta ou proposta (valendo-se dos termos empregados pelo autor). Queiroz (1978) ao assumir a perspectiva da dialética do rural e do urbano, afirma que

A realidade socioeconômica, cultural e política é de diversidade infinita, com a multiplicidade de aspectos que não podem nunca se harmonizar totalmente entre si, - pluridimensionalidade que, devido às suas próprias características, nem estaciona e nem se equilibra; seus processos dinâmicos não se reduzem à oposição dos contrários, mas se dá de outras formas, às vezes paradoxais, como da oposição dentro da complementariedade (QUEIROZ, 1978, p. 275-276).

Para a autora é inegável que na modernidade a sociedade global se ergue sob o cariz urbano, no entanto, o rural participa da reprodução dessa sociedade e essa participação ocorre por meio da relação complementar, porque, contraditória e dialética entre o rural e o urbano. Assim, a ascendência do urbano sobre o rural, segundo Queiroz (1978), ocorre diante da passagem da nucleação do poder e da produção de riqueza do campo para a cidade. Entretanto, o rural não se dissolve em função do urbano, uma vez que a sua forma lastreada pela agricultura se mantém, apesar de seu conteúdo ser drasticamente modificado pelos caracteres da sociedade urbano-industrial.

Dessa forma, o que nos interessa mais de perto é a compreensão de que a agricultura é repositada no interior das dinâmicas de reprodução socioeconômica dos grupos familiares e, conseqüentemente, das propriedades rurais. Todavia, não podemos nos omitir e nos furtar do debate da degradação do modo de vida rural que se aprofunda com modernização e industrialização da agricultura – que se reproduz no bojo da sociedade brasileira por meio da perpetuação do grande latifúndio e, na contemporaneidade, da supressão da natureza, cultura e sociabilidade dos sujeitos pelo agronegócio.

Sem querermos ser reducionistas, mas para fins de sistematização das ideias, colocamos dois pontos que julgamos importantes: 1) a predominância de uma agricultura patronal

capitalista, altamente especializada e tecnológica, demograficamente esvaziada, com grande apoio do Estado – sobretudo nos últimos anos – por meio de negociações entre seus agentes, representantes do legislativo e o setor financeiro e produtora de *commodities*; 2) a ocorrência de uma agricultura de base familiar, com ou sem propriedade da terra, parcamente especializada e tecnológica, com dificuldades de reprodução socioeconômica do grupo familiar, demograficamente rarefeita, carente de apoio do governo e produtora de alimentos. Nessa orientação, existem, ao menos, duas perspectivas de rural, as quais detêm formas distintas de exercício da agricultura no interior de uma sociedade globalmente orientada ao urbano-industrial.

Ferrão (2000), em sua tetralogia, afirma que o mundo rural se organiza no entorno de uma função, tal qual seja a produção de alimentos; de uma atividade econômica, essencialmente a agricultura; de um grupo social de referência, tal qual a família camponesa, e; de uma paisagem característica, marcada pela combinação entre as práticas socioespaciais dos grupos familiares no exercício de uma agricultura produtora de alimentos. Desta tetralogia, o autor defende uma nova dicotomia “pós-rural/urbana”, marcada pelos traços da ocorrência de um rural “central” (com intensa relação de proximidade física e socioeconômica com a cidade) e um rural “periférico” (com baixa densidade populacional e produtiva), como apresentamos anteriormente.

Diante dessa “nova dicotomia” baseada na centralidade de um rural capitalizado e tecnológico e do caráter periférico de um rural de base familiar, a forma como esses são representados no conjunto da sociedade e por seus moradores assumem caracteres distintos. Dessa forma, se falamos de uma nova ruralidade na qual o rural é posto como uma categoria social de análise que participa da construção (ou reconstrução) de identidades (CARNEIRO, 1998), é preciso considerarmos que não é possível falarmos de uma única ruralidade. Neste aspecto, Moreira (2012) ao analisar o rural na modernidade, apresenta um modelo teórico-metodológico de avaliação de ruralidades hegemônicas, contra-hegemônicas, subalternas, nacionalizadas e globalizadas, a fim de “revelar as hierarquias de poderes e de produção político-social” (p. 267) do rural.

Ora, se existe uma heterogeneidade estrutural da forma rural, designadamente, de um mosaico de espaços rurais, existe uma heterogeneidade de ruralidades que informam como esses “rurais” se produzem, reproduzem e organizam o seu espaço mediato e imediato (seja no espaço social, seja no espaço geográfico). Dessa forma, o constructo da nova ruralidade (ibidem, 1998) defende a compreensão do rural para além dos aspectos produtivos e, portanto,

do exercício exclusivo da agricultura como elemento de estruturação e reprodução do rural tal como conhecemos. Por essa via é possível admitirmos a multifuncionalidade da agricultura e da paisagem rural, a partir da qual o rural exerce, no conjunto da sociedade, diferentes funções de preservação ambiental, sociocultural e patrimonial, bem como, de garantia da segurança alimentar.

Rural e urbano coexistem na sua contradição e se reproduzem nas relações travadas entre ambos – seja nas dinâmicas de revalorização do rural pela sociedade urbana, seja nas dinâmicas capitalizadas do agronegócio. Ademais, a agricultura participa da ressignificação desse rural múltiplo e multifacetado (KAGEYAMA, 2004), ao lastrear as formas de reprodução socioeconômica baseadas na pluriatividade, na agroecologia, no consumo familiar e/ou na via mercadológica. Como vimos, ainda que a nível do setor agrícola o rural tenha passado por transformações significativas em suas estruturas, este, ao nível da propriedade e ao da sociedade, ainda se reproduz no imaginário social e cultural, seja pela via de uma ruralidade hegemônica, contra-hegemônica ou subalternizada (MOREIRA, 2012).

Entender a (re)existência do rural numa sociedade tida como urbano-industrial só é possível quando compreendemos que, no nível da sua espacialidade, as interações socioespaciais, a coexistência dos múltiplos e a sua constante transformação, concorrem para a sua reprodução. A tríade inter-relação de *possibilidade* de existência na *multiplicidade* e o espaço como *devir* é defendida por Massey (2008) a partir do princípio da heterogeneidade coexistente, a qual assume a defesa da coexistência de trajetórias e simultaneidade de histórias para compreender as particularidades do espaço. Assim, a autora nos afirma

Nesse **espaço aberto interacional** há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas. Aqui, então, o espaço é, sem dúvida, um **produto de relações** (primeira proposição, e para que assim o seja tem de haver **multiplicidade** (segunda proposição). No entanto, não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo. **O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros.** Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre-já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo (MASSEY, 2008, p. 32, grifo nosso).

A importância da proposição de Massey para a nossa defesa está no fato desta apontar para a coexistência dos múltiplos, dos contraditórios e da heterogeneidade, e colocar o espaço em constante devir. Tal orientação impede que caiamos nos essencialismos que, ao cristalizar o rural numa dada sequência do tempo histórico, o coloca em atraso, obsoleto, findado ou pronto

para se desenvolver como um espaço moderno, seguramente, urbano. Nessa perspectiva, apontamos elementos teóricos e metodológicos para pensarmos o rural sob o olhar geográfico de maneira a não o congelar no tempo e no espaço, considerando as distintas trajetórias que conformam a organização do espaço rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proposição inegável é a de que o espaço rural passou por transformações significativas em sua forma e conteúdo. Sob caracteres heterogêneos, em sua diversidade contrastante, contraditória e coexiste, afirma-se a existência do rural plural (BAPTISTA, 2011), multifuncional (MALUF, 2003), multinível, multiatores e multifacetado (KAGEYAMA, 2004). É, no bojo dessa compreensão teórica, que constituímos a discussão aqui apresenta.

Ao recuperarmos as relações da agricultura com setor agrícola, do ponto de vista dos impactos da modernização e industrialização no processo de integração intersetorial, apontamos para as transformações de base material-técnica e informacional constituidoras de um modo de produzir dependente do capital urbano-industrial e financeiro. Ademais, ao discutirmos as relações entre agricultura e sociedade através dos caracteres constituintes da definição do que é o rural na contemporaneidade e, portanto, da sua capacidade explicativa da realidade, apresentamos o debate sobre as novas e distintas ruralidades que conformam e contrastam as múltiplas formas de organização do espaço rural.

Assim, o rural contemporâneo sintetiza a contradição de existências e resistências múltiplas. Como síntese contraditória, o espaço rural contemporâneo é, propriamente, resultado de processos e trajetórias diversas que compõe a sua forma caleidoscópica – para valermos do termo utilizado por Roberto Lobato Corrêa na análise da organização do espaço geográfico, porque fruto da diferenciação geográfica. Ora, o que realizamos com esse trabalho foi um exercício teórico e, por vezes, metodológico, de compreendermos o rural na interdisciplinaridade do debate (valendo-se do olhar geográfico, social e econômico). Destarte, o empreendimento analítico é constituído a partir da compreensão das relações entre agricultura e sociedade, setor agrícola e no âmbito da propriedade rural.

Desse modo, a ruptura das fronteiras entre campo-cidade/rural-urbano encontra-se, propriamente, na natureza relacional da agricultura. Subordinada ou autônoma, a agricultura articula os caracteres definidores do rural “central” produtor de *commodities* e do rural “periférico” produtor de alimentos; do rural monocultor e do rural policultor; articulando, ainda,



a sua relação com a cidade/urbano. É do exercício heterogêneo da atividade agrícola no conjunto da sociedade urbano-industrial que agricultura se avista ora subordinada, mas também como elemento de revalorização do rural como espaço e modo de vida.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, n. 15. São Paulo, p. 87-112, 2000.

BAPTISTA, F. O. Os contornos do rural. In: FIGUEIREDO, E. (orgs) **O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro**. 1ª Ed. Alentejo: Comercial 100luz, 2011. p. 49- 58

CANDIDO, A. O caipira em face da civilização urbana. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação**. 11. Ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2010.

CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 13. São Paulo, 2003. p. 179-187

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, 1998,

_____. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1. p. 9-38, Campinas, 2008.

CORRÊA, M. J; CORRÊA, W. K; GERARDI, L. H. de. A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano. Mudanças no espaço rural e práticas institucionais: o exemplo da Ilha de Santa Catarina. **Geografia**, Rio Claro, v. 25, n.1. Rio Claro.

CORRÊA, R. L. **Caminhos Paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. Notas sobre diferenciação espacial. **GeoUSP**, São Paulo, v. 26, n. 1, 2022. DOI: doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2022.193069

DELGADO, G. C. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. **Tese (Doutorado em Economia e Planejamento) – IFCH/UNICAMP**. Campinas, 1984. 320f.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **SOCIOLOGIA, problemas e práticas**, Lisboa, n. 3, p. 45-54, 2000.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo Rural e Geografia: Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 462p.

GOODMAN, D. SORJ, B; WILKINSON, J. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: _____. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2008. p. 06-49.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, J; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J; KAGEYAMA, A. A. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 1-40.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KAGEYAMA, A. A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional. 468f. **Tese** (Doutorado em Economia) – IE/UNICAMP. Campinas, 1985. 468f.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 378-409, 2004.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. pp. 135-152.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: MENDRAS, H. et al. **Sociologia rural. Textos Básicos de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-40.

MOREIRA, R. J. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, p. 248-271, 2012.

MÜLLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 2, n. 6. p. 47-77, 1982.

QUEIROZ, M. I. P. Dialética do rural e do urbano. In: **Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil**. São Paulo: Ed. LTC. 1978. p. 263-311.

SILVA, T. P. As redefinições do “Rural”: breve abordagem. **Revista NERA**, v. 7, n. 2, p. 50-55, 2004.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 198-224.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editores Associados. 2002. p. 31-102.

WANDERLEY, M. N. B. Ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. GIARRACCA, N. (Org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. p. 32-44.